

Promovendo o Desenvolvimento Regional por Meio da Organização Rural: Projeto de Extensão Comunitária no Meio Rural de Campinas

Área Temática de Desenvolvimento Regional

Resumo

Neste artigo busca-se descrever e analisar as atividades realizadas em um projeto de extensão comunitária desenvolvido como complementação da formação teórica e prática em extensão de estudantes de graduação da Universidade Estadual de Campinas. Este projeto foi concebido de forma a propiciar a aproximação de alunos e professores junto ao meio rural de Campinas e seus agentes públicos para propiciar a construção de um conhecimento comum. O objetivo substantivo do projeto foi contribuir com a organização rural da comunidade e o objetivo instrumental auxiliá-los na identificação de demandas regionais comuns e no encaminhamento de possíveis soluções, considerando que esta ação poderia contribuir para o desenvolvimento regional. O projeto foi estruturado em três fases: a preparação da equipe, o planejamento das ações e sua execução, dando-se ênfase neste artigo às duas últimas fases. A metodologia amparou-se em práticas participativas, onde se buscou promover o envolvimento e compromisso da comunidade com as discussões e decisões realizadas e tomadas ao longo do projeto. Ao final do artigo algumas considerações foram feitas, com caráter de conclusões, visando orientar outras iniciativas da mesma natureza, destacando-se os aspectos de: estruturação do projeto, mobilização da comunidade, “tempos” da comunidade e técnicas participativas.

Autores

Nilson Antônio Modesto Arraes, Prof. Doutor
Juliana Arruda, Mestranda
Adriana Ferrer Martins, Graduanda
Heidy Silveira Ferrari, Graduanda
Jeferson Lobato Fernandes, Graduando

Instituição

Universidade de Campinas - UNICAMP

Palavras-chave: organização rural; extensão comunitária; práticas participativas

Introdução e objetivo

O trabalho ora apresentado compreende a descrição e a crítica ao método utilizado em um projeto de Extensão Comunitária da Faculdade de Engenharia Agrícola (FEAgri) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), intitulado “Organização Rural dos Agricultores Familiares de Campinas”. Este projeto foi realizado num bairro rural pertencente ao município de Campinas e teve a duração de um ano, ocorrido no período de agosto de 2002 a julho de 2003. O projeto contou com o apoio financeiro do Fundo de Apoio ao Ensino e Pesquisa (FAEP/UNICAMP).

Referindo-se à prática extensionista, Freire (1986) destaca que “no processo de aprendizagem, só aprende verdadeiramente aquele que se apropria do aprendido, transformando-o em apreendido, com o que pode, por isso mesmo, reinventá-lo; aquele que é capaz de aplicar o aprendido-apreendido a situações existenciais concretas. Pelo contrário, aquele que é “enchido” por outros de conteúdos cuja inteligência não percebe, de conteúdos

que contradizem a própria forma de estar em seu mundo, sem que seja desafiado, não aprende”. Ainda, segundo Thiollent (2002), a extensão universitária, realizada de forma ética e responsável e aliada a práticas participativas, é uma atividade que possibilita a “construção ou (re)construção do conhecimento envolvendo, além dos universitários, atores e públicos com culturas, interesses e níveis de educação diferenciados”. Respeitando estas orientações, este projeto, ao aproximar alunos, professores, produtores e agentes públicos, teve, de um lado, como finalidade maior construir um conhecimento comum a todas as partes.

De outro lado, e por vezes de forma contraditória, o projeto também partiu do pressuposto que a formação de capital social, por meio da promoção da organização dos produtores, é atualmente um dos fatores essenciais ao desenvolvimento regional e está ao alcance dos atores locais (universidade e órgãos públicos) propiciá-la. Deste modo, iniciado com a participação de quatro alunos de graduação e um professor, seu objetivo substantivo centrava-se na promoção da organização rural, tendo como objetivos específicos mobilizar os produtores familiares e criar um ambiente favorável ao fortalecimento dos laços comunitários e à troca de informações entre os produtores, e o objetivo instrumental de auxiliá-los na identificação de demandas regionais comuns e no encaminhamento de possíveis soluções.

Metodologia

Informações gerais da área rural de Campinas. O município de Campinas, localizado no estado de São Paulo, é o terceiro maior centro urbano do estado, com aproximadamente 1 milhão de habitantes e uma área total de 797,6 Km². Dados do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural (2000) revelaram que, apesar da alta taxa de urbanização do município (2% da população reside na área rural – IBGE 2000), 52% da área total é rural. O Plano, mesmo sem explicitar a origem do diagnóstico, aponta que as áreas rurais do município enfrentam problemas de diferentes naturezas, tais como: o uso inadequado de insumos, dificuldades na colheita e pós-colheita, dificuldades na comercialização, dificuldades no gerenciamento agrícola, crédito rural inadequado, desconhecimento de alternativas do agronegócio, infra-estrutura deficiente, necessidade de organização comunitária e associativismo. O Levantamento Censitário de Unidades de Produção Agropecuária (LUPA da CATI/SAA-SP, 1996) mostrou que do total de unidades de produção (809) do município, 24% são unidades de produção familiar.

Após estudo preliminar do município, por meio de mapas e dados secundários, do contato com organizações que atuam no meio rural de Campinas (especialmente o Grupo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Segurança Alimentar (GDR) da Prefeitura e o Sindicato Rural) e de visitas (Rurais Tour's) às diversas regiões rurais (Carlos Gomes, Souza, Joaquim Egídio, Pedra Branca, Descampado e Foguetiro), propiciando contato com os produtores e as diferentes paisagens rurais, foi escolhida para a realização do trabalho a região rural do Descampado, localizada próxima ao aeroporto de Viracopos, cuja via de acesso é a SP 330, na altura do Km 85. Dentre os fatores que contribuíram para a escolha, destacam-se a existência de um pequeno grupo de produtores que estavam motivados a criar canais de comunicação com a prefeitura para buscar ajuda na solução de problemas da região, o interesse da prefeitura em criar canais de comunicação com a comunidade por meio de suas organizações e a relativa uniformidade dos sistemas de produção (produtores familiares de frutas), potencialmente assemelhando os interesses individuais.

Plano de trabalho.

Tendo em vista o objetivo substantivo do projeto de extensão, qual seja promover a organização rural, e entendendo que a organização não se justifica por si própria, mas adquire sentido quando articulada a uma intenção de ação coletiva (manifestada neste projeto pelo interesse dos produtores em criar canais de comunicação com a prefeitura para demandar ajuda na solução de problemas da região), duas questões orientaram a elaboração do plano: A

primeira, de natureza instrumental, refere-se a qual(is) atividade(s) poderia(m) instrumentar a ação coletiva almejada pela comunidade? A segunda, de natureza substantiva, refere-se a como promover a organização rural no contexto de instrumentação desta ação coletiva? Norteadas por estas questões, três atividades foram planejadas, explicitando-se os objetivos substantivos e instrumentais de cada uma, constituindo o plano de trabalho do projeto.

Primeira atividade – contato, pré-avaliação de interesse e convite à mobilização. A partir de uma amostra de produtores da região, planejou-se realizar entrevistas, utilizando um roteiro semi-estruturado e visando, instrumentalmente: (i) fazer uma pré-avaliação amostral do interesse dos membros da comunidade em realizar a ação, apontada inicialmente por um grupo mais restrito e organizado da comunidade; interesse este que poderia manifestar-se tanto potencialmente, por meio de semelhanças do perfil sócio-econômico das famílias de produtores da região e de seus sistemas de produção e comercialização, quanto concretamente, contido na verbalização de interesse dos entrevistados; (ii) colocar a equipe do projeto em contato com a comunidade, avaliando a suscetibilidade da mesma em contar com a colaboração de uma equipe externa a ela na instrumentação desta ação; (iii) convidá-los a participar de uma “oficina de diagnóstico” para identificação das demandas de interesse comuns à região, solicitando a multiplicação do convite aos vizinhos. Sob o aspecto substantivo, esta primeira atividade visava diagnosticar o nível de organização da região. Não se tratava de verificar a existência de organização formal, a exemplo de associações, uma vez que já se sabia de antemão que não existiam na região, mas de identificar a existência de relações motivadas pela origem das famílias que historicamente foram ocupando a região, por parentesco, por afinidades religiosas, ou pelo trabalho (mutirões para construir, para cultivar, para comprar ou vender). A presença destas relações, além de contribuir para a constituição de uma identidade comunitária da região, também poderiam facilitar a constituição de organizações formais ou mesmo a instrumentar a ação de organizações informais.

Segunda atividade – oficina de diagnóstico participativo. Utilizando um roteiro de diagnóstico participativo, a oficina visava, instrumentalmente: (i) estabelecer, conjuntamente, as demandas comuns prioritárias a serem reivindicadas à administração municipal; (ii) definir a forma de encaminhar as demandas priorizadas e no que a equipe extensionista poderia contribuir neste encaminhamento. Sob o aspecto substantivo, esta atividade buscava promover o estreitamento ou intensificação dos laços comunitários entre os produtores/moradores por meio do diálogo e da negociação, na identificação de interesses comuns.

Terceira atividade – encaminhamento de demandas. Definido no que a equipe extensionista poderia contribuir no encaminhamento das demandas, esta atividade visava, instrumentalmente: organizar a atividade e realizá-la, garantindo o envolvimento da comunidade, tanto na organização como na sua realização. Sob o aspecto substantivo, esta atividade, da mesma forma que a anterior, buscava promover o estreitamento ou intensificação dos laços comunitários entre os produtores/moradores por meio, neste caso, da organização e realização de atividade almejada pela própria comunidade.

As técnicas de entrevista e das oficinas participativas. Embora na primeira atividade não tenha havido a preocupação em sistematizar um conjunto de informações sobre os produtores e suas produções, mas formar uma “idéia” geral sobre eles, mesmo assim recorreu-se à literatura sobre técnicas de entrevista para buscar orientação não só sobre os tipos de questionário e a formulação de questões, mas também sobre a relação entrevistador-entrevistado. Dentre os vários textos consultados, destacamos os livros de BLANCHET et al. (1989) e GOODE e HATT (1969).

Atenção especial foi dada à organização da oficina de diagnóstico. Novamente recorreu-se à literatura, desta vez sobre planejamento participativo, buscando orientação sobre o papel do diagnóstico no processo de planejamento, sobre como realizá-lo envolvendo a comunidade e, principalmente, garantindo seu compromisso com os resultados produzidos e

também sobre algumas “técnicas” ou práticas que ora cumprem a finalidade de estimular a socialização do grupo participante, ora de produzir o diagnóstico propriamente dito. Dentre os textos consultados, destacamos: GANDIN (2001), BROSE (2001), GEILFUS (1997) e CERQUEIRA (1986).

Resultados e discussão

Primeira atividade – contato, pré-avaliação de interesse e convite à mobilização. A equipe começou a aproximar-se da região/comunidade por meio da família do Senhor João, Senhora Lourdes e o Senhor Edmar (pai, mãe e filho), a qual recebeu a equipe do “Projetão” no rural tour II e representou a “porta de entrada” da equipe na comunidade. Com a ajuda deles, desenhou-se um croqui da região, delimitando-a e identificando propriedades, proprietários (arrendatários e meeiros) e, em alguns casos, o número do telefone. A partir deste croqui foram entrevistadas nove famílias (de um total de aproximadamente 30), onde constatou-se que seis delas possuíam laços familiares, constituindo um grande grupo familiar, o qual mudou-se para a região por ocasião do desmembramento de uma grande fazenda nos anos 30. Por afinidade religiosa, estas nove famílias freqüentam missas dominicais em capela construída com o seu apoio financeiro na propriedade de uma delas. Todas as famílias cultivam frutas (figo, goiaba, manga e seriguela) e duas delas também criam porcos. Dentre as famílias entrevistadas, sete possuem meeiros e/ou funcionários permanentes. Os laços familiares e as afinidades religiosas apresentam-se como fatores explicativos da proximidade entre as pessoas que compõem o pequeno grupo mais organizado que busca estreitar relações com a administração municipal. Todas as famílias entrevistadas mostraram-se suscetíveis ao envolvimento da equipe do “Projetão”, onde foi considerada bem-vinda qualquer ajuda externa que contribuísse para aproximar as pessoas da região e chamar a atenção do poder público para os problemas locais. Os entrevistados também destacaram que, ultimamente, os moradores da região têm se isolado, assustados com a violência e concentrados nos trabalhos internos às propriedades.

Segunda atividade – oficina de diagnóstico participativo. Nesta reunião – a Oficina de Diagnóstico – criou-se um ambiente para a construção/explicação coletiva dos problemas da região e suas relações com o poder público e especulou-se sobre a conveniência da constituição de uma associação local. Ela foi realizada em 12 de abril de 2003 e contou com a participação de dezesseis pessoas. Os temas (ou problemas) apontados foram (falta de) segurança, (falta de manutenção das) estradas e (ausência de) transporte (público), sendo considerados prioritários na região. Os participantes também apontaram que a natureza destes temas (ou problemas) requeria o apoio dos órgãos públicos para solucioná-los, para o qual o estreitamento do diálogo com o poder público foi considerado fundamental. Quanto à criação de uma associação, os participantes julgaram pertinente ter mais informações sobre como constituí-la e sobre as exigências em operacionalizá-la.

Terceira atividade – encaminhamento de demandas. Os resultados da Oficina de Diagnóstico já apresentavam os elementos que poderiam compor uma próxima reunião: envolver algum representante do poder público que pudesse discutir e encaminhar soluções aos problemas prioritizados e envolver integrantes de alguma associação que pudessem descrever sua criação e funcionamento. Com base nestes elementos, organizou-se a Oficina de Execução, contando com a presença da Senhora Sonia e o Senhor Nestor (GDR/CEASA), a Senhora Andréia (SEBRAE) e o Senhor Issao e a Senhora Lucia (Associação dos Produtores e Moradores do Bairro Pedra Branca e Região) e com a participação de doze produtores da região. Ela ocorreu no dia 16 de junho de 2003 e nela foram discutidos e encaminhados os três problemas e os representantes da “Pedra Branca” - associação de um bairro rural vizinho ao Descampado - expuseram sua experiência. Esta última oficina também foi um momento de

despedida uma vez que ela encerrou as atividades do projeto no Descampado e do próprio “Projetão”.

Mais recentemente obteve-se informação através de produtores do Descampado de que foi implantada uma linha de ônibus para a região, de que a Guarda Municipal Rural e Ambiental estendeu seu campo de rondas para a região do Descampado e de que a AR14 (Administração regional) realizou manutenção sobre as estradas vicinais locais. Os produtores não constituíram uma associação; apenas um pequeno grupo, o mesmo do início de nossas visitas e o que estava sempre presente às oficinas, continuaram a preservar o diálogo com o poder público, participando inclusive de reuniões do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR) e do Orçamento Participativo (OP) para a área rural. Destaca-se ainda, que o “Projetão” alcançou a mídia interna (Jornal da Unicamp) e externa (Informativo CEASA e Jornais) e que o mesmo esteve presente em alguns eventos, a exemplo do Workshop de Sistemas Locais de Segurança Alimentar, da Pré-conferência Municipal de Meio Ambiente no tema “Agricultura e preservação do meio ambiente” e da Universidade de Portas Abertas (UPA); no primeiro por meio de palestra e nos dois últimos por meio de pôsteres.

Conclusões

Nesta etapa do artigo buscou-se chamar a atenção para considerações que possam contribuir para o desenvolvimento de futuros trabalhos desta natureza e levantar questionamentos suscitados na auto-avaliação deste projeto de extensão.

a) Em relação à estruturação do projeto. Este projeto foi iniciado por professores, os quais posteriormente convidaram alunos e, mais adiante, ambos juntaram-se a agentes públicos e a produtores. Apesar da adoção de práticas participativas, por meio das quais as discussões e decisões eram horizontalizadas, o projeto inicia-se com um “frame” que condiciona seu período de realização (1 ano), seu tema de trabalho (organização rural), seus recursos (tempo dos professores, recursos financeiros aprovados pelo FAEP) para o desenvolvimento das atividades, que posteriormente é condicionado pelo número, grau de interesse e disponibilidade de tempo dos alunos. Só a partir do momento em que todos estes condicionadores estão claramente definidos é que iniciou-se a procura de uma comunidade que pudesse “trocar experiências para a construção de algo comum”. Este caminho adotado no projeto, em que a universidade se organiza para realizar extensão, restringe a horizontalidade das discussões e das decisões com a comunidade a questões mais instrumentais. Avançar nesta horizontalidade a questões mais substantivas exigiria a aproximação da universidade-sociedade, acadêmicos-produtores, como ponto de partida do projeto, onde ambas as partes reconheceriam de início a necessidade e a conveniência de realizarem algo conjuntamente.

b) Em relação à mobilização da comunidade. Inicialmente avaliou-se que o número de participantes na Oficina de Diagnóstico Participativo foi baixo, surtindo pouco efeito a estratégia de “multiplicação dos convites” pelos entrevistados, a qual havia sido proposta durante as visitas. Porém todos os produtores/moradores que haviam sido visitados pela equipe compareceram, para o que se atribuiu grande importância ao agente externo à comunidade no processo de mobilização de pessoas. Na atividade de encaminhamento de demandas, a participação foi um pouco menor, comparecendo parte do grupo de pessoas que estavam presentes à primeira oficina. Posteriormente, a auto-avaliação do trabalho explicitou que dentro da comunidade e nas relações familiares existia uma “divisão/especialização” de tarefas, a qual não foi percebida inicialmente pela equipe do projeto. Ou seja, os participantes da atividade de encaminhamento de demandas eram “líderes” e/ou “porta-vozes” da comunidade e do grande grupo familiar observado nas visitas. A falta de percepção desta especialização de tarefas causou um descompasso na execução do trabalho, pois (talvez)

bastasse a participação dos líderes que representavam a comunidade na oficina de diagnóstico, enquanto (talvez) fosse mais significativo um maior envolvimento da comunidade na atividade de encaminhamento de demandas, quando estavam presentes os representantes da administração municipal.

c) Em relação aos “tempos” da comunidade. Tratando-se de um trabalho de extensão universitária, o qual teve como objetivo instrumental não impor formas e sim construir o trabalho conjuntamente, notou-se um descompasso de “tempos” entre a comunidade que buscava soluções dos problemas e a equipe. A equipe ficou surpresa com a rapidez de articulação da comunidade com as instituições que buscava dialogar (GDR e Associação Pedra Branca). Embora a literatura de atividades extensionistas destaque o descompasso entre comunidades rurais e equipes de extensão, atribuindo maior lentidão às primeiras, notou-se que neste caso, a comunidade rural respondia mais rapidamente às possibilidades de diálogo com o poder público do que a equipe de extensionistas podia atender por estar vinculada a outras atividades acadêmicas. Possíveis justificativas para tal fato decorrem da urgência da comunidade em solucionar seus problemas, da facilidade de contato com o poder público e de um comportamento que segue mais um “ritmo urbano”, devido à proximidade de um grande centro urbano, do que um “ritmo rural”.

d) Em relação às técnicas participativas. Devido a inexperiência do grupo em realizar atividades de extensão comunitária, em particular práticas de diagnóstico participativo, notou-se que, mais importante do que cumprir as recomendações técnicas a serem utilizadas é ter a sensibilidade de avaliar os níveis de envolvimento, o grau de comunicação e o perfil do grupo de interlocução encontrados na comunidade. Deste modo, a aplicação do método escolhido deve funcionar como facilitador do processo e não simplesmente como uma regra a ser obedecida.

Referências bibliográficas

- BLANCHET, A. et al. Técnicas de investigación en ciencias sociales: Datos, observación, entrevista, cuestionario. Madri: Narcea, 1989.
- BROSE, M. Metodologia participativa: uma introdução a 29 instrumentos. Porto Alegre: Tomo, 2001.
- CAMPINAS. Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Campinas. Plano Municipal de Desenvolvimento Rural. Campinas: Centro de Comunicação Rural (CECOR)/SAA/CATI, 2000.
- CERQUEIRA, R. R. Jogos pedagógicos na capacitação das organizações de produtores. Série Cadernos Metodológicos – nº 2. Recife: Banco do Nordeste, 124p. 1996.
- FREIRE, P. Extensão ou Comunicação? 4ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- GANDIN, D. A posição do Planejamento Participativo entre as ferramentas de intervenção na realidade. Currículo sem Fronteiras, v.1,n.1, jan/jun 2001. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org>>. Acesso em: 23 fevereiro 2004.
- GEIFUS, F. 80 Herramientas para el desarrollo participativo. El Salvador: Prochalate/IICA, 1997.
- GOODE, W. J.; HATT, P. K. Métodos em pesquisa social. São Paulo: Nacional, 1969.
- LEVANTAMENTO CENSITÁRIO DE UNIDADES DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIO (LUPA). São Paulo: SAA/CATI, 1996.
- THIOLLENT, M. Construção do conhecimento e metodologia da extensão. Anais do I Congresso de Extensão Universitária. João Pessoa: UDUFPB, 2003. Disponível em: <<http://rtprac.prac.ufpb.br/anais/anais/ficha.html>>. Acesso em: 20 maio 2004.